



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 046

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 046

42ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Designações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 10

Dep. Luiz Accorsi 12

Dep. Jocelito Canto..... 13

Dep. Cleiton Kielse..... 15

Grande Expediente:

Dep. Federal Dr. Rosinha 16

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto..... 14

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

Redação Final 22

2ª Discussão 22

1ª Discussão 23

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão 25

Publicações:

Comissão Executiva:

Atos..... 25

Diretoria Geral

Portarias 26

Ata de Comissão

Orçamento 26

DIÁRIO Nº 046

42ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

14 DE MAIO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Ribas Carli Filho e Edgar Bueno.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Luiz Eduardo Cheida, Nereu Moura e Valdir Rossoni (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº 732/07/GAB do Sr. Milton Riquelme de Macedo - Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado, pleiteando alteração (mediante emenda) do artigo 6º, do Projeto de Lei sob nº 263/07, que diz respeito ao percentual orçamentário destinado ao Ministério Público do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO Nº 116/07

SÚMULA:

Sugere ao DER a pavimentação asfáltica de trecho de 6 quilômetros da PR-454, estrada velha para Astorga.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Diretor Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, sugerindo ao mesmo a inclusão em programação de pavimentação asfáltica de trecho de 6 quilômetros da PR-454, estrada velha para Astorga, continuação do trevo Venda 200 (Parque Industrial 200), mais precisamente da Estrada Morangueira.

Já foi enviada correspondência à Secretaria de Estado dos Transportes e que não mereceu resposta daquela pasta, haja vista ter sido o documento arquivado em decorrência do tempo que ficou parada na referida Secretaria.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 117/07

SÚMULA:

Sugere estudos sobre a redução da alíquota de ICMS dos vinhos no estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda.

O Deputado Caíto Quintana dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

- Estudos sobre revisão da alíquota de ICMS dos vinhos no estado do Paraná, que hoje é de 27%, visando a redução para 18%, com objetivo de incentivar o consumo do produto e o desenvolvimento de indústrias locais.

- Trata-se de uma sugestão já encaminhadas à Secretaria de Estado da Fazenda, pela Associação Paranaense de Supermercados - APRAS, que estamos ratificando, por entender que, se atendida, virá beneficiar em muito a indústria paranaense, fazendo crescer o consumo de vinho e, conseqüentemente, gerando novos empregos, a exemplo do que já ocorre no Estado do Rio Grande do Sul, que já pratica alíquota diferenciada de 17% para os vinhos.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Ribas Carli Filho para representar esta Casa de Leis na Reunião Ordinária da União de Parlamentares do MERCOSUL Turismo e Meio Ambiente nos dias 25, 26 e 27 de maio de 2007, na cidade da Penha - Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Péricles de Mello para representar esta Casa de Leis no Seminário para Presidentes de Comissões de Educação e Cultura das Assembléias Legislativas, no dia 15 de maio de 2007, às 9h, na Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno regime de urgência ao Projeto de Lei nº 244/07 - oriundo da Mensagem nº 013/07, que dispensa o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao IPVA, dos veículos baixados pelo DETRAN/PR, até 31 de dezembro de 2007, e leiloados na condição de sucata por qualquer órgão público.

Sala das Sessões, em 14.05.07.
(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno regime de urgência ao Projeto de Lei nº 243/07 - oriundo da Mensagem nº 012/07, que visa alterar a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS).

Sala das Sessões, em 14.05.07.
(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1264

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, diminuição de interstício e transformação da Sessão Plenária de 15 de maio de 2007 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 311/07, que estabelece critérios para reajuste aos funcionários públicos estaduais, oriundo da Mensagem nº 015/07.

Sala das Sessões, em 14.05.07.
(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ, DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, AUGUSTINHO ZUCCHI, RENI PEREIRA, RIBAS CARLI FILHO, NEY LEPREVOST, ELIO RUSCH, RUI HARA, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL, MARCELO RANGEL, EDGAR BUENO, CIDA BORGHETTI, OSMAR BERTOLDI, JOCELITO CANTO, ANTONIO BELINATI, ROSANE FERREIRA, PASTOR EDSON PRACZYK e uma Ilegível.

REQUERIMENTO Nº 1266

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.05.07.
(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1262

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de atribuições regimentais, e, após aprovação do douto Plenário, REQUER seja enviado o apoio da Bancada do PT do Paraná, à representação apresentada pelo Líder do PT na Câmara Federal, Deputado Luiz Sérgio Nobrega de Oliveira, contra o Deputado Clodovil Hernandez (PTC-SP), requerendo à Corregedoria da Câmara e ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a abertura de sindicância para apurar ofensas proferidas contra as mulheres brasileiras, e aplicação das medidas disciplinares pertinentes.

Sala das Sessões, em 14.05.07.
(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, Tadeu Veneri, Péricles de Mello e Professor Luizão.

JUSTIFICATIVA:

A Bancada do PT manifesta seu apoio à representação contra o Deputado Clodovil Hernandez que na semana passada agrediu verbalmente a Deputada Cida Diogo (PT-RJ) e desrespeitou as mulheres brasileiras, amplamente noticiado na imprensa nacional, para que sejam aplicadas as medidas cabíveis.

REQUERIMENTO Nº 1257

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizado no Plenarinho, o 1º Congresso da AJUMPAR - Associação dos Juizes de Paz Ministros Protestantes do Estado do Paraná, na data de 13 de agosto, com início às 9h e término às 12h.

Sala das Sessões, em 14.05.07.
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz em atendimento ao pedido que recebemos da AJUMPAR.

Nesta ocasião estaremos contando com a ilustre presença do Presidente desta associação, Sr. Josué Corrêa de Oliveira, bem como a participação dos associados.

REQUERIMENTO Nº 1261

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que seja alterado o valor do financiamento no Programa de Casas Populares junto ao Governo do Estado do Paraná, com a sua Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para que o enquadramento do salário-mínimo regional de R\$ 475,60 (quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos) seja o parâmetro para a autorização da renda mínima para o Programa Casa da Família versão caução e que o Programa Hipoteca tenha como referência o valor inicial de

R\$ 476,00 (quatrocentos e setenta e seis reais) acima, dando habilitação a mais de 80% das famílias que precisam de uma residência popular em nosso estado, consequentemente tornando um programa social de grande alcance.

A estrutura anunciada pela Caixa Econômica Federal, de possibilidade de financiamento no valor de R\$ 20 bilhões para o Brasil inteiro, será otimizada com esta mudança, e todos os prefeitos do estado do Paraná, talvez até mesmo do Brasil estejam esperando.

Justifico que o valor hoje aceito para o enquadramento é de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) como parâmetro mínimo e não salário regional.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Superintendente da Caixa Econômica Federal, Jorge Kalache, no endereço: R. José Loureiro, 195 - 6º andar, CEP 80010-000 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Pugliese, pelo falecimento do Desembargador Wilde de Lima Pugliese, ocorrido no último dia 05, em Curitiba.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia aos familiares, no endereço: R. Deputado Mário de Barros, 752, ap. 106 Curitiba/PR - CEP 80530-280.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Desembargador Wilde de Lima Pugliese nasceu em Curitiba, em 26 de outubro de 1952, filho de Wilde Pugliese e Raquel Lima Pugliese. O Magistrado formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, em 1975. Após aprovado em concurso público para ingresso na carreira da magistratura, exerceu o cargo de Juiz substituto nas comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Realeza e Capanema. Nomeado Juiz de Direito em 1983, atuou nas comarcas de Santa Helena e Prudentópolis.

Pugliese, que também era professor da Escola da Magistratura do Paraná, deixa viúva a senhora Rojane Soares Pugliese e três filhos: Wilde, Wallace e William.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pugliese, endereçando a eles votos de profundo pesar.

REQUERIMENTO Nº 1263

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo

pesar à família Garcia, na cidade de Jesuítas, neste estado, pelo falecimento de Francisco Carrilho Garcia, no último dia 10 de maio.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar esse momento difícil.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que ele deixou para todos nós.

Sem sombra de dúvidas, para orgulho de sua esposa Neide, para os filhos Anderson e Vanessa e os netos Nicoli e Caíque e demais familiares, a sua personalidade empreendedora, humanista e de denodada dedicação à sua cidade e ao bem coletivo, com o apoio e a participação ativa em diversos segmentos, deixa para sempre marcas irretocáveis de benfeitoria na história do município de Jesuítas.

Caso aprovado o presente requerimento solicita-se seja dada ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Neide Agassi Garcia, via correspondência, a ser encaminhada a R. Padre Manoel da Nóbrega, 1170 - CEP 85835-000 Jesuítas-PR.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de votos de congratulações e aplausos ao 1º Tenente Alessandro Ribeiro da Costa, Comandante da RONE e ao Major Milton Isack Fadel Júnior, Comandante da Companhia de Choque, pelos relevantes serviços prestados à Polícia Militar e à sociedade paranaense.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados no endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401, Rebouças - Curitiba/PR CEP 80230-110.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 1247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Corumbataí do Sul, pelo transcurso de seus 20 anos de emancipação política, no próximo dia 27 de maio de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Osney Picanço, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Edson Paulo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder

Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população de Corumbataí do Sul, pela comemoração, no próximo dia 27 de maio de 2007, de seus 20 anos de emancipação política, cumprimentamos seu povo trabalhador e ordeiro com votos de muito sucesso.

O desenvolvimento de uma coletividade depende de vários fatores. Entre eles estão o grau de participação de seus membros da discussão dos assuntos que lhes dizem respeito e a qualidade de seus representantes. Numa sociedade democrática, há de existir, necessariamente, participação e representatividade. A política, pois, é essencial ao crescimento de qualquer coletividade, mesmo porque o legítimo exercício das funções governamentais repousa justamente no consentimento popular.

O município de Corumbataí do Sul muito bem representado pelo Sr. Prefeito Osney Picanço e sua eficiente equipe de trabalho, demonstra claramente que a população elegeu a pessoa certa para reger seu destino.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, congratula-se com toda a população na significativa data da comemoração de seus 20 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 1255

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luciano Bartolomeu.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luciano Bartolomeu, Diretor Nacional da ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, pelos relevantes serviços prestados em prol da classe.

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. José Henrique Carlan.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Henrique Carlan, Presidente da ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, pelos relevantes serviços prestados em prol da classe.

REQUERIMENTO Nº 1258

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e

congratulações a AME - Associação dos Moradores Elo do Jardim Benevenuto Dalcol.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a AME - Associação dos Moradores Elo do Jardim Benevenuto Dalcol, no município de Piraí do Sul, por ocasião de sua fundação.

Destacamos os relevantes serviços prestados em prol da comunidade carente, promovendo a integração, gerando programas de emprego e atividades culturais.

REQUERIMENTO Nº 1240

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná para que determine que seja retirado do ar o site oficial do Governo do Estado, que disponibiliza na internet os valores e gastos dos recursos públicos do Estado, por estarem prestando informações incorretas e por este motivo estar induzindo a erro os paranaenses e aos internautas.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1246

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná e ao Sr. Maurício Requião Secretário da Educação, para que sejam tomadas providências no sentido de melhorias no Colégio Estadual Professora Izabel Fonseca de Siqueira de Reserva do Iguaçu, conforme segue:

1º reforma da estrutura do colégio;

2º construção de mais 4 salas de aula;

3º construção de sala de cozinha e refeitório;

4º reforma e ampliação da quadra de esportes;

5º contratação de profissionais na área pedagógica e pessoal de apoio.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é de fundamental importância as melhorias acima apontadas para o Colégio Estadual Professora Izabel Fonseca de Siqueira do município de Reserva do Iguaçu, afim de que o mesmo possa oferecer um ensino de qualidade aos alunos que nele estão matriculados.

Vale ressaltar que existem salas que estão com superlotação (mais de 60 alunos), que necessitam ser divididas em duas, mas não existe espaço físico construído e nem professores para dar aulas atualmente, o que tem dificultado grandemente o ensino aprendizagem.

Salientando que a cada ano o número de alunos vem aumentando substancialmente, necessitando urgentemente a ampliação da estrutura da escola, conservando-a compatível com o crescimento que vem ocorrendo, informam que atualmente o colégio possui aproximadamente 700 alunos matriculados.

Sendo assim, torna-se necessário também a contratação de pessoal para a área pedagógica e pessoal de apoio às atividades docentes, bem como pessoal de apoio para outras atividades adjacentes.

REQUERIMENTO Nº 1251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Maurício Requião - Secretário de Estado da Educação, solicitando informações sobre imóvel onde funcionou o Colégio Agrícola de Arapoti, situado na PR-092, naquele município e posteriormente por convênio, foi cedido à Faculdade de Arapoti. Há mais de 3 anos este convênio foi rescindindo e o imóvel solicitado para implantação de cursos técnicos, pela Secretaria da Educação, fato este que até a presente data não aconteceu.

Este imóvel com mais de 2000m² de área construída, com 15 salas de aula, laboratórios, bibliotecas, hoje encontra-se em estado de abandono e suas instalações completamente depredadas.

Solicito, ainda as seguintes informações:

- Quando tais cursos serão implantados?
- Porque o Núcleo Regional de Educação de Wenceslau Brás funciona em imóvel alugado, sendo que o Governo do Estado do Paraná tem em seu patrimônio imobiliário este excelente imóvel, que por razões desconhecidas está se deteriorando por abandono, distando apenas a 50 quilômetros de Wenceslau Brás?

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado pedido de informações ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Fernando Augusto M. Guimarães, concernente ao que motivou o envio a esta Casa de Leis os relatórios de gastos do Governo do Estado em publicidade nos anos de 2005 e 2006 com rádios, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade, tendo em vista que o pedido aprovado no Plenário desta Casa de Leis solicitava somente o relatório do ano de 2006.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 348/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Comerciantes ficam obrigados a afixar, bem visível, quanto custou cada produto colocado à venda pela sua loja ou empresa.

Art. 2º O custo a que se refere o artigo anterior, será exclusivamente do preço exato pago junto à fábrica, fornecedor ou distribuidora.

Art. 3º Será permitida, para quem desejar, a divulgação de todos os componentes de despesas necessárias para a venda de cada produto, tais como impostos, comissão de vendedor ou vendedora, despesas com água, luz, telefone, escritório, publicidade, condomínio e, eventual aluguel do imóvel, mencionando-se a incidência de cada item sobre cada produto à venda.

Art. 4º Caberá ao PROCON fiscalizar o fiel cumprimento da presente lei, aplicando-se ao infrator multa de 100 vezes o valor pago pelo produto.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo valorizar os bons empresários paranaenses que muitas vezes, acabam vítimas de concorrentes inescrupulosos.

Campanhas publicitárias, em veículos de comunicação, muitas vezes induzem o cliente a efetuar compras em empresas de mais comerciantes, que mentem descaradamente sobre vantagens oferecidas em produtos colocados à venda. Anúncios como: mais barato que a própria fábrica, remédios a preços antigos, produtos com 30, 40, 50 e até 70% de descontos. Em alguns casos, os preços são jogados para cima, não havendo, na prática, vantagem nenhuma para o comprador.

Tenho convicção que, com a obrigatoriedade de se tornar público o preço real, pago junto à fábrica, fornecedor ou distribuidor, os bons e decentes comerciantes serão os grandes beneficiados com esta lei, pois os clientes compradores não cairão mais, com tanta facilidade, nos fantasiosos e enganosos anúncios publicitários, que prometem “milagres” em preços baixos e vantagens. Na prática, o que tem ocorrido, em grande escala, é o abuso da ingenuidade e boa fé de parcela considerável de clientes. É preciso eliminar esses abusos, em respeito aos bons comerciantes e ao povo paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 349/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação Esperança, com sede no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Recuperação Esperança, com sede em Londrina, realiza trabalho numa das áreas mais críticas de nossa sociedade, promovendo assistência social do dependente químico e ao alcoólatra. Especialistas realizam árduo trabalho de orientação e conscientização dos jovens sobre os perigos do uso indevido de drogas e álcool. Zelam pela saúde desses jovens em tratamento, dão acompanhamento permanente a eles, além de assistência a seus familiares. É uma ação maravilhosa, com excelentes resultados e muitos jovens conseguiram se livrar das drogas e do alcoolismo, graças ao incessante trabalho de uma bem preparada equipe que trabalha no Centro Esperança de Recuperação.

PROJETO DE LEI Nº 350/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná à Sua Santidade o Papa Bento XVI.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Santo Papa Bento XVI nasceu em Marktl am Lnn, diocese de Passau (Alemanha), no dia 16 de abril de 1927 (Sábado Santo) e foi batizado no mesmo dia. O seu pai, Comissário de Polícia, provinha de uma antiga família de agricultores da Baixa Baviera, de modestas condições econômicas. A sua mãe era filha de artesãos de Rimsting, no Lago de Chiem, e antes de casar trabalhara como cozinheira em vários hotéis. Passou a infância e adolescência em Trunstein, uma pequena localidade perto da fronteira com a Áustria, a 30 quilômetros de Salisburgo. Foi nesse ambiente, por ele próprio definido “Mosarteano”, que recebeu sua formação cristã, humana e cultural. O período de sua juventude não foi fácil. A fé e a educação de sua família prepararam-no para enfrentar a dura experiência daqueles tempos em que o regime

nazista mantinha um clima de grande hostilidade contra a igreja católica.

O jovem Joseph viu os nazistas açoitarem o pároco antes da celebração da Santa Missa. Precisamente nesta complexa situação, descobriu a beleza e a verdade em Cristo. Fundamental para ele foi a conduta da sua família, que sempre deu um claro testemunho de bondade e esperança. Nos últimos meses da Guerra Mundial, foi arrolado nos serviços auxiliares antiaéreos. Recebeu a Ordenação Sacerdotal em 29 de junho de 1951. Um ano depois, começou sua atividade de professor na Escola Superior de Freising. No ano de 1953, doutorou-se em Teologia com a tese “Povo de Deus na doutrina da Igreja de Santo Augustinho”. Passados 4 anos, sob a direção do conhecido professor de Teologia Fundamental Gottib Sohngen, conseguiu a habilitação para a docência com uma dissertação sobre “A teologia da história em São Boaventura”. Depois de desempenhar o cargo de professor de Teologia Dogmática e Fundamental na Escola Superior de Filosofia e Teologia de Freising, continuou a docência em Bonn, de 1959 a 1963; em Münster, em 1963 a 1966; em Tubinga, de 1966 a 1969.

A partir desse ano de 1969, passou a ser catedrático de Dogmática e História do Dogma da Universidade de Ratisbona, onde ocupou também o cargo de Vice Reitor da Universidade. De 1962 a 1965, prestou uma notável contribuição ao Concílio Vaticano II como “Perito”, viera como consultor teológico do Cardeal Joseph Frings, arcebispo da Colônia. A sua atividade científica levou-o a desempenhar importantes cargos a serviço da Conferência Episcopal alemã e na Comissão Teológica Internacional. Em 25 de março de 1977, o Papa Paulo VI nomeou-o arcebispo de München e Freising.

A 28 de maio seguinte, recebeu a sagração episcopal. Foi o primeiro sacerdote diocesano depois de 80 anos, que assumiu o governo pastoral da grande arquidiocese Bávara. Escolheu como lema episcopal “Colaborador da Verdade”. Assim explicou ele mesmo: “Parecia-me, por um lado, encontrar nele a ligação entre a tarefa anterior de professor e a minha nova missão. O que estava em jogo - e continua estar - embora com modalidades diferentes, é seguir a verdade, estar ao seu serviço. E, por outro lado, escolhi este lema porque, no mundo atual, omite-se quase totalmente o tema da verdade, parecendo algo demasiado grande para o homem e todavia tudo se desmorona se falta a verdade”. “Paulo VI criou-o cardeal, do título presbiteral de Santa Maria da Consolação no Tiburtino”, no consistório de 27 de junho desse mesmo ano. Em 1978, participou no Conclave, celebrado de 25 a 26 de agosto, que elegeu João Paulo I, este nomeou-o seu enviado especial no III Congresso Mariológico Internacional que teve lugar em Guayaquil (Equador) de 16 a 24 de setembro.

No mês de outubro deste mesmo ano, participou também no conclave que elegeu João Paulo II. Foi relator na 5ª Assembléia Geral Ordinária celebrada em 1983, sobre “A reconciliação e a penitência na missão da

Igreja”. João Paulo II nomeou-o Prefeito da Congregação da Doutrina da Fé e Presidente da Pontifícia Comissão Bíblica e da Comissão Internacional, em 25 de novembro de 1981. No dia 15 de fevereiro de 1982, renunciou ao governo pastoral da arquidiocese de München e Freising.

O Papa elevou-o à Ordem dos Bispos, atribuindo-lhe a sede de suborbidária de Velletri, em 05 de abril de 1993. Foi Presidente da Comissão encarregada da preparação do Catecismo da Igreja Católica, a qual, após 6 anos de trabalho (1986/1992), apresentou ao Santo Padre o novo Catecismo. A 6 de novembro de 1998, o Santo Padre aprovou a eleição do Cardeal Ratzinger para Vice-Decano do Colégio Cardinalício, realizada pelos Cardeais da Ordem dos Bispos. E, no dia 30 de novembro de 2002, aprovou sua eleição para Decano; com este cargo foi-lhe atribuída também a sede suborbidária de Hóstia. Em 1999, foi como enviado especial do Papa às celebrações pelo XII centenário da criação de Diocese de Paderborn, Alemanha. Desde 13 de novembro de 2000, era membro honorário da Academia Pontifícia das Ciências.

Na Cúria Romana, foi membro do Conselho da Secretaria de Estado para as Relações com os Estados para as Igrejas Orientais, para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, para os Bispos, para evangelização dos povos, para a educação católica, para o clero, e para as causas dos Santos; dos Conselhos Pontifícios para a promoção da unidade dos cristãos, e para a cultura; do Tribunal Supremo da Signatura Apostólica; e das Comissões Pontifícias para a América Latina, *Eclésia Dei* para a interpretação autêntica do Código de Direito Canônico, e para a revisão de Código de Direito Canônico Oriental.

Entre as suas numerosas publicações, ocupam lugar de destaque o livro *Introdução ao Cristianismo*, uma compilação de lições universitárias publicadas em 1968 sobre a profissão de fé apostólica. E o livro *Dogma e Revelação* (1973), uma antologia de ensaios, homilias e meditações, dedicadas à pastoral. Grande ressonância teve a conferência que pronunciou perante a Academia Católica Bávara sobre o tema. Porque continuo ainda na Igreja? Com sua habitual clareza, afirmou então: “Só na Igreja é possível ser cristão, não ao lado da Igreja”. No decurso dos anos, continuou a série das suas publicações, constituindo um ponto de referência para muitas pessoas, especialmente para os que queriam entrar em profundidade no estudo de teologia. Em 1985 publicou o livro-entrevista *Relatório Sobre a Fé* e, em 1996, *O Sal da Terra*.

Por ocasião do seu septuagésimo aniversário, publicou o livro *Na Escola da Verdade*, onde aparecerem ilustrados vários aspectos da sua personalidade e da sua obra por diversos autores. Recebeu numerosos doutoramentos *Honoris Causa*: pelo College of St. Tomas em St. Paul (Minessota, Estados Unidos), em 1984; pela Universidade Católica de Eichstatt, em 1987; pela Universidade Católica de Lima em 1986; pela Universidade Católica de Lublin, em 1988; pela Universidade de Navarra (Pamplona, Espanha), em 1988; pela Livre Universidade

Maria Santíssima Assunta (Lumsa, Roma); pela Faculdade de Teologia da Universidade de Wroclaw (Polónia) no ano de 2002.

Este mês de maio foi um mês muito especial para todos os brasileiros.

O Santo Padre Bento XVI, veio em nome de Jesus Cristo trazer aos brasileiros sua palavra e sua presença. Bendito é aquele que vem em nome do Senhor.

Sua Santidade renovou nossa fé em Jesus Cristo, reafirmou a luz deste amor à dignidade e o destino transcendente de toda a pessoa carente. Sua figura evangélica e ao mesmo tempo humana fez renascer uma fonte de alegria, de esperança e de benquerença que fluirá para sempre entre os irmãos brasileiros. No coração de todos os brasileiros esta nascendo a esperança de um novo tempo. Suave aurora vem anunciando que uma nova era está sendo inaugurada entre os católicos.

A canonização de Frei Antonio da Sant’ana Galvão (Frei Galvão), primeiro Santo brasileiro, foi sem dúvida, um dos pontos altos da visita do Santo Padre Bento XVI. A vinda de sua Santidade ao Brasil foi uma graça a nós concedida.

Durante a canonização do Frei Galvão, Sua Santidade solicitou a reconquista dos fiéis, diante de 1 milhão de pessoas, voltando a defender os valores morais, especialmente o matrimônio e a virgindade antes do casamento. O mundo precisa de vidas limpas, de almas claras, de inteligências simples que rejeitem serem consideradas criatura objetos de prazer.

Desde a sua juventude, querendo prestar-lhe para sempre e escolhendo a Virgem Maria como mãe e protetora de suas filhas espirituais, que belo exemplo deixou-nos Frei Galvão - disse o Santo Padre. Os fiéis que acompanharam a Santa Missa de canonização de Frei Galvão tinham muitas histórias de graças recebidas do Santo Frei Antonio Sant’ana Galvão.

Defesa da Tradição. Em um pronunciamento dirigido à cúpula da Igreja Católica no Brasil, o Sumo Pontífice reafirmou de forma empática o compromisso do seu pontificado com os valores tradicionais do catolicismo, pregando a obediência, o celibato e o direito à vida, criticando o divórcio e as uniões livres e manifestando preocupação com os católicos que abandonaram a vida eclesial.

Ele fez, ainda, um grande apelo aos Bispos para que fiquem atentos ao discernimento das vocações dos jovens que estão disponíveis ao serviço da Igreja. Um bom e assíduo acompanhamento espiritual é indispensável para favorecer o amadurecimento humano e evita o risco dos desvios no campo da sexualidade.

O Santo Padre ressaltou também que os tempos modernos são difíceis para a Igreja e muitos de seus filhos estão atribulados. A vida social está atravessando momentos de confusão desorientadora. Ataca-se impune a santidade do matrimônio e da família iniciando-se por fazer concessões diante de pressões capazes de incidir negativamente com a dignidade do ser humano, alastrando-se a ferida do divórcio e da união livre.

Em dois anos de pontificado, Sua Santidade conquistou o mundo com seu carisma alegre e simpático. No coração de todas as pessoas está nascendo a esperança de um novo tempo. Suave aurora vem anunciando que uma nova era está sendo inaugurada.

Entendemos que a homenagem que pretendemos seja concedida a Sua Santidade Papa Bento XVI, a quem mantemos profundo respeito e admiração, obedece aos anseios de todos os segmentos da sociedade paranaense e brasileira, motivo porque apresentamos a consideração desta augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, justificativa bem fundamentada. Esperamos a aprovação por unanimidade dos colegas.

PROJETO DE LEI Nº 351/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica determinada a obrigatoriedade de execução do Hino do Paraná em todas as solenidades de jogos colegiais e demais jogos oficiais promovidos pela Secretaria da Educação e outros órgãos do governo, em todo o estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Temos observado, em inúmeras solenidades de abertura de jogos estudantis, em diversos municípios, que executa-se o Hino Nacional e o Hino do Município, mas não o Hino do Paraná.

Encaminhamos o presente projeto de lei, com o objetivo de fazer com que os estudantes, de um modo geral, conheçam e cantem o Hino do Paraná, cultuando o seu estado, como ocorre na maioria dos outros estados da federação.

PROJETO DE LEI Nº 352/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do município de Pinhal de São Bento à sede do município de Ampére.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A estrada que propomos seja estadualizada, possui apenas 18 quilômetros, já se encontra pavimentada e é a

única ligação entre os municípios de Pinhal de São Bento e Ampére. É uma rodovia municipal desde que Pinhal de São Bento era distrito de Santo Antonio do Sudoeste.

Trata-se de importante via de integração entre os municípios, que têm como base de sua economia a agricultura, a pecuária, a indústria e o comércio, sendo de grande importância que o Governo do Estado assuma a responsabilidade por essa rodovia.

PROJETO DE LEI Nº 353/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Maringaense Amigos da Infância, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Maringaense Amigos da Infância, com sede e foro no município de Maringá, é uma associação civil de caráter filantrópico e assistencial, sem fins lucrativos, de direito privado, regido pela legislação aplicável e por estatuto. A AMAI tem por objetivo principal prover assistência integral ou parcial a pessoas em estado de necessidade, oferecer condições de desenvolvimento, estabilidade e encaminhamento adequado a todos que socorrerem-se com bens, físicos e morais disponíveis, notada e especialmente com atenção dirigida à infância, à adolescência e à família.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa e paranaenses aqui presentes.

Sr. Presidente, outro dia falei aqui da tribuna do lucro que o Banco Itaú teve em apenas 3 meses neste ano. Quase R\$ 2 bilhões suplantando o Banco BRADESCO, que no mesmo período no último trimestre, teve o assombroso lucro de R\$ 1 bilhão e 700 milhões. Esses bancos têm lucros fantásticos à custa da desgraça, da miséria do nosso povo. Sei que mexer com banco é assunto polêmico, tanto é que o nosso pronunciamento não teve uma vírgula, em nenhum jornal do Paraná. Respeito os profis-

sionais que trabalham coletando matéria dos Deputados - já fui repórter, já cobri Câmara de Vereadores - nem sempre o pensamento do comando mal do veículo é o mesmo pensamento de quem leva a matéria até a redação. Mas, nenhum jornal, nenhuma vírgula sobre a exploração de todos os bancos. Tenho que fazer o meu papel, o jornalista está fazendo o papel dele, nós vamos fazer o nosso papel, continuar combatendo os banqueiros pela ganância e, sobretudo, também, pela liberalidade do governo federal em permitir que os bancos explorem, assaltem o bolso do nosso povo brasileiro.

Hoje, Sr. Presidente, trago a esta Casa outro projeto que é quase igual ao pronunciamento sobre os bancos. Talvez, até não saia nenhuma vírgula em nenhum jornal, mas estarei cumprindo com aquilo que penso que é correto e que devo fazer como Deputado. É um projeto, Deputados, tomara, queira a Deus, que ele seja aprovado. Um projeto polêmico, sim. Vou levar muita bordoadinha por causa desse projeto. Vou! Vai ter muita crítica, muita paulada na minha cabeça, mas não importa, esse projeto é para disciplinar o comércio do Paraná. Nossa homenagem e o nosso respeito aos bons e dignos empresários do Paraná. Nosso aplauso aos comerciantes que respeitam o público consumidor, mas esse projeto, se aprovado, acho que vai botar ordem, vai minimizar em grande parte a ação de comerciantes inescrupulosos. É muito comum, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ficarmos ligando a televisão, vendo jornal e ouvindo rádio, e tanta propaganda mentirosa na cabeça de nós consumidores: "Compre na Loja X, 20% de desconto. Compre na loja do Salim, 50% de desconto. Compre na loja do Chunda, mais barato do que a fábrica."

Ora! Será que tem comerciante que compra por R\$ 20 e, porque ele gosta do consumidor, pagou R\$ 20 na fábrica, na distribuidora ou no fornecedor e vai vender a mesma mercadoria por R\$ 15 ou por R\$ 10? Porque se ele está anunciando que está vendendo mais barato que a fábrica, são descontos mentirosos, enganosos, fantasiosos, que acabam enganando principalmente aquela classe de consumidor que é mais ingênua. E o que é que o nosso projeto visa? Visa obrigar cada comerciante, cada empresário, colocar na vitrine, na prateleira o produto que está à venda, mas colocar ao lado uma placa indicando quanto aquele produto custou para o comerciante, quanto custou na fábrica, no fornecedor ou no distribuidor, sem a comissão do vendedor, sem o que o empresário gastou de água, de energia, de telefone ou de aluguel do prédio e se o comerciante quiser, ele que coloque à parte.

O que estamos pretendendo é que possa chegar esse dia, e esse dia pode estar chegando se esse projeto for acolhido por esta Casa. Que cada empresário do Paraná coloque junto a cada mercadoria que está à venda o preço real que ele pagou, para podermos ter uma noção e acabar com essa propaganda tão enganosa!

Quando ligo a TV, a Rede TV tem um anúncio que ganhou todos os troféus. A mercadoria anunciada, moto e

tantas outras coisas para quem der o menor lance para comprar a mercadoria.

Se tiver uma moto que vale R\$ 8 mil, qual é o menor preço para o comprador? Seria 1 centavo! Tenho a impressão que o que a empresa ganha é nos milhões de ligações que vêm do Brasil inteiro, chega a ter em Curitiba, é daqui, porque o telefone é 41.

Seria interessante os nobres Deputados observarem que até na televisão o povo está sendo enganado dizendo que ele pode comprar a mercadoria, desde que ele ofereça o preço mais baixo. Na minha ótica, o menor valor que tem no nosso real é 1 centavo de oferta, mas é evidente que você não vai acabar levando mercadoria, coisa nenhuma, para casa.

Por isso, Sr. Presidente, vamos submeter esse projeto tornando obrigatório, se aprovado, que o comerciante coloque ao lado de cada produto à venda o preço que ele pagou na fábrica, porque se ele começar a colocar determinados ingredientes - comissão, aluguel, publicidade - não vamos ficar sabendo nunca quanto a mercadoria custou, qual a loja que está colocando o produto à venda.

Para terminar, saudando novamente esta gente querida do SindSaúde, daqui a pouco vamos ter que comprar sapatos para esse povo, de tanto sapato que estão gastando indo e voltando à Assembléia Legislativa.

Queira Deus que essa confusão termine o mais rápido possível. Estou vendo aí algumas faixas: "Sem saúde, sem salário; estado de calamidade pública - responsável Cláudio Xavier, Secretário da Saúde, assinado SindSaúde"; "Trabalhamos em 29 e 30 de março. Por que fomos descontados? SindSaúde Paraná"; "Só Deus salva a saúde pública do Paraná"; "Nossa jornada é legal, ilegal é o desconto"; "Basta de assédio moral - SindSaúde Paraná"; "Parem de comparar - Governem - SindSaúde Paraná"; "Estamos aqui pela anistia das faltas"; "Servidores da saúde pagando com o seu salário a incompetência do Secretário - SindSaúde".

Sr. Presidente, o jornal o Estado do Paraná publicou no último dia 13, a carta de uma menina, Paula Luna, "Deu na Imprensa". É o material que o SindSaúde está distribuindo. Homenagem que a menina escreveu sobre a mãe dela, homenagem que ela prestou para a sua mãe, no dia das mães.

(Lê):

"Sempre reclamei da minha mãe por ela só pensar no trabalho. Sempre reclamei que ela trabalha demais, ganha pouco e se preocupa muito com os outros. Vive buscando soluções para melhorar o seu trabalho, mesmo sabendo que essa preocupação nem sempre é a mesma do seu chefe. Apesar de tantas reclamações, no fundo sempre tive orgulho da minha mãe.

Ela é uma profissional de saúde que atende às pessoas no momento mais difícil da sua vida: na doença. Além de atender esse paciente, acolhe os familiares na sua angústia. Trabalha em um local que as pessoas só procuram no desespero. Às vezes volta para casa numa profunda tristeza por tudo o que viu.

Quando escuta uma sirene de ambulância, pede a Deus que ilumine os profissionais para prestar o atendimento a tempo de salvar uma vida. Todos os dias quando acorda para ir ao trabalho torce para que nenhum paciente morra em suas mãos. Quando atende uma criança pensa imediatamente em seus filhos; quando atende um idoso, em seus pais, e sempre respira aliviada (com muita culpa), por não ser um deles. Quando passa na rua fica imaginando se os motoristas imprudentes ou pedestres desatentos sabem a consequência desse comportamento.

E por tudo isso ela foi castigada. Foi castigada no seu salário. E pior, um castigo sem razão. No dia 1º de maio não teve aula por se tratar de um feriado em homenagem ao trabalhador.

Era também o dia da minha mãe receber o pagamento. Enquanto acontecia a festa no Centro Cívico com distribuição de brindes (até carro!), a minha mãe recebia R\$ 200 a menos no salário. O Governo (ela é funcionária pública) a castigou por conta de seu horário de trabalho que é o mesmo desde que eu nasci, em 16 de abril de 1992. Essa foi a homenagem que o Governo deu para ela por fazer o que gosta e por ter compromisso com a população.

Não reclamo mais da minha mãe.

Agora reclamo desse Governo que não valoriza seu funcionário; um funcionário que sofre, que realiza em sua rotina funções que os mais altos cargos deste mesmo Governo talvez não teriam coragem de fazer.

Mas com o mesmo compromisso que ela atende os pacientes, ela vai continuar na sua rotina: vai continuar procurando soluções, vai continuar a prestar o atendimento às pessoas, e vai continuar no seu horário de trabalho. Minha mãe é uma guerreira. Se ela consegue conviver com as mazelas dessa vida, porque não conseguirá conviver com esse Governo autoritário e sem razão? Ela sabe que chefes vêm e vão, ela é uma profissional de saúde por opção e ciente da importância de seu papel, pois como ela mesmo diz: “se eu defendo a vida, defendo também os meus direitos”.

Essa foi a forma que eu encontrei para homenagear a minha mãe como ela merece.

É isso aí, mãe!

Paula S. Luna

Jornal o Estado do Paraná, 13/05/07.”

Parabéns a esta garota de 15 anos e que nossas autoridades atendam o pessoal da área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o segundo orador inscrito, Deputado Luiz Accorsi.

Deputado Luiz Accorsi (PSDB)

O SR. LUIZ ACCORSI

(Lê:)

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares membros da Mesa Diretora, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Por uma deferência especialíssima, fruto da generosidade, do companheirismo e da amizade que, graças a Deus, gozo dessas virtudes dentro desta Casa, fui incumbido pelo nosso dirigente, o Presidente Nelson Justus, de representá-la na Santa Missa da canonização do primeiro Santo, brasileiro, Frei Galvão, agora Santo Antonio de Santana Galvão, elevado às glórias do altar da Santa Madre Igreja Católica, Apostólica e Romana, presidida pelo Santo Padre, Bento XVI, na manhã de sexta-feira, na cidade de São Paulo.

Embora não muito dado a discursos, ocupo a paciência de cada um e de todos, para prestar contas de tão honrosa incumbência.

Bento XVI leva para a sua casa, como lembrança de cada um e de todos nós, um pinhão de ouro, a maior honraria concedida pela nossa Assembléia, mais uma placa lembrando o agradecimento pela sua primeira visita apostólica ao Brasil.

Mesmo privilegiados em assentos destinados a autoridades, a minha mulher, a Simone e eu, o vimos à distância. Mesmo longe, podemos transferir para todos os paranaenses, a sensação que vimos no seu bom olhar. A mesma sensação sentida por gente que encontramos, vindas de dezenas de cidades do nosso Paraná. A sensação da transmissão de serenidade e, principalmente, da irradiação de esperança em dias melhores para todos os viventes.

Momentos antes e depois do ato de santificação de Santo Galvão, conversei com bastante gente. Gente de diversos credos, alguns não romanos, mas todos crentes. Vivi num momento o verdadeiro significado do ecumenismo. Sentimento que sempre cultuei e preservarei para sempre, entendendo que vários são os carreadores que nos levam a Deus.

No momento litúrgico do ofertório, ao contrário de oferecer, egoisticamente eu pedi. Pedi que todas as armas, revólveres e canhões, se transformassem em livros e cadernos. Pedi que todas as cadeias e penitenciárias, se transformassem em escolas, bibliotecas, campos de futebol, piscinas. Pedi - infantilmente pedi - que ninguém ficasse doente e que os hospitais e enfermarias simplesmente se transformassem em teatros, áreas de lazer. Pedi pelo fim da exploração do homem pelo homem e que o patrão respeitasse o seu empregado e que o mesmo o considerasse como um amigo. Pedi pelo respeito à individualidade de cada um. Pedi que o meio ambiente se transforme em ambiente inteiro. Pedi que as crianças vão às escolas e brinquem, que os jovens estudem e trabalhem e que as famílias sejam sempre famílias dirigindo-se aos seus templos e igrejas para agradecerem a Deus pela felicidade de toda a humanidade.

Amigo Presidente, colegas Deputadas e Deputados, pena que o momento do ofertório da Santa Missa é tão curto. Pouco teria a oferecer, mas muito mais a pedir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que habitam esta nossa Casa, desde as mulheres do cafezinho, as ascensoristas dos nossos elevadores, o pessoal

da limpeza, do xerox, da administração, da segurança, do correio, da portaria, os profissionais da imprensa, enfim, todos, todos, independente de credos ou tendências religiosas outras, tenham a certeza que eu fiz o que de melhor poderia ter feito para bem representá-los.

E eu agradeço a todos, pela confiança de tão honrosa missão.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência cumprimenta V. Exa. na absoluta certeza de que esta Casa foi altamente representada pelo Deputado Luiz Accorsi, numa cerimônia tão especial como a que o Brasil inteiro assistiu nesse fim de semana.

Muito obrigado, Deputado Accorsi.

Terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou usar o horário da Liderança do PTB já, Sr. Presidente, que o assunto hoje é a Carta de Puebla, aproveitando a passagem do Papa pelo Brasil. Estou trazendo com exclusividade, Deputado Romanelli, o que nem o Governador tem, só eu. Um trecho da Carta de Puebla, hoje.

Primeiramente, Sr. Presidente, recentemente vejo o Governador reclamar a não presença dos Deputados na “escolinha”. Ele reclama que os deputados não vão à “escolinha”. E eu tenho uma justificativa para não ir: estou sempre presente nas Sessões da Assembléia, e nesta tenho que estar presente. Prova disso, que a Folha de Londrina publica hoje a presença dos Deputados desta Casa e o nosso nome figura em todas as Sessões. Na “minha escolinha” estou presente todos os dias e não faltei a nenhuma Sessão. Agora, precisava fazer um acompanhamento lá na “escolinha” para ver se lá todo mundo é 100% como nós somos nesta Casa.

Deputado Romanelli, diz hoje no jornal Gazeta do Povo, o grande jornal do Paraná: *Romanelli sonha em suceder o Governador Requião*. Já temos o sucessor de Requião e durante o seu pronunciamento nosso líder diz: “Há Deputados que contávamos que seriam governistas e estão tendo uma postura estranha”. O jornalista pede para que ele cite o nome de um Deputado que lhe decepçiona. É claro e evidente: “Jocelito Canto, do PTB. Tínhamos a certeza de que ele ficaria do nosso lado, mas ele tem sido um dos mais radicais críticos do Governo e sempre motivado pela emoção.”

Aprendi, Deputado Romanelli, a ter emoção com esse governo. O governo Requião sempre falou na campanha e nos pronunciamentos, que o seu governo é o da emoção, do gostar e de se apaixonar pelas pessoas. Estou seguindo exatamente a cartilha do Governador: governar e legislar com emoção, Deputado Romanelli. Recebi, aqui na Casa, R\$ 2 de presente e me animei - só não gostei da cara do cidadão. Tudo bem!

Sr. Presidente, uma notícia que me entristeceu neste final de semana, Deputado Romanelli, que me entristeceu, Deputados Valdir e Luizão - vocês que estiveram em Ponta Grossa. Vou mostrar hoje um pedaço da Carta de Puebla, que diz: *Governar para os mais pobres e humildes*. Foi isso que aprendi com o Governador Requião e é isso que transmiti aos eleitores do Governador Requião e os meus dos campos gerais. Trago uma cópia da Carta de Puebla inédita neste mundo, que nem os Padres, os Bispos e o Papa que esteve aí têm esse pedaço da Carta de Puebla, que só eu consegui.

Esta parte diz assim: Instituição Garagem da Esperança, cheque de R\$ 10 mil, Sr. Presidente, esse é o preço de uma vida. Essa Carta de Puebla que é a Garagem da Esperança, a instituição que tocamos em Ponta Grossa, se obrigou, nesse final de semana, para salvar a vida de uma criança de 7 anos que não tem pai, a fazer um caução de R\$ 10 mil, em um hospital particular de Curitiba, para o garoto de 7 anos não morrer, porque não havia leito de UTI em Ponta Grossa.

Era sábado e a tia do garoto foi à Garagem da Esperança chorando, me dizendo: “Deputado, ajude-me. O meu sobrinho está morrendo no Hospital da Criança e não sabemos mais o que fazer”. No desespero, a mãe disse: “Procure o Deputado Jocelito, que ele resolve!”. Não parava de chorar. Eu, imediatamente comecei a buscar a origem, para saber como estava o garotinho, falei com o Dr. Maurício, que é médico do Hospital da Criança e ele me disse: “Se não removermos esta criança daqui, ela não sobreviverá. Ela precisa da UTI pediátrica, senão vai virar óbito.” Comecei a discutir, a trabalhar e liguei para a central de leitos, que não é para atender Deputado, Vereador, e nada, não tinha vaga em lugar nenhum. Liguei aqui em Curitiba em todos os hospitais que são do SUS e nenhum tinha vaga para essa criança e ela estava mal. Aí, durante uma dessas rondas que fiz nos hospitais, alguém me disse que o Hospital Vita havia montado uma UTI pediátrica, mas que não tinha convênio, que era particular e que não aceitava crianças vindas sem convênio. Liguei para o hospital, confirmei que realmente tinha a vaga, mas não tinha o convênio, só se pagasse. Não tive dúvida nenhuma e perguntei de que forma deveria conduzir para levar a criança e aí a secretária do Hospital Vita disse que eu teria que levar a criança e um cheque caução de R\$ 10 mil - custa R\$ 2 mil por dia e eram R\$ 10 mil de garantia.

O que eu fiz? Imediatamente, para salvar aquela vida, peguei o cheque, liguei para o Regional de Saúde para pedir a ambulância e isso era às 11h30, quando me disseram que iriam mandar imediatamente a UTI e ela saiu de Ponta Grossa às 15h30! Mas, graças a Deus, ainda conseguimos salvar o garotinho. Agora há pouco falei com a médica, Dra. Heloísa, lá no Hospital Vita, e o garotinho vai melhorando na UTI do Hospital Vita. Aí, perguntei à médica: mas doutora, a UTI realmente salva? E a doutora falou: sim, se esse menino não tivesse vindo para cá, ele não teria sobrevivido.

Passa a usar o Horário da Liderança do PTB

Então, Sr. Presidente, não posso ficar calado quando vejo um Governo que é da Carta de Puebla, um Governo que renega os seus. Renegar o Deputado não tem problema, porque nosso estomago já está acostumado com isso, mas renegar uma criancinha que é filha da Carta de Puebla, não sei nem o que dizer e nem sei como chamar quem negou! Essa criancinha tem 7 anos de idade, filha de uma pobre mãe e sem pai, filho de uma mãe simples, moradora de uma favela de Ponta Grossa, moradora de um bairro pobre e simples. Aquele dia era véspera do Dia das Mães e aquela mãe chorava, porque iria perder o seu filho.

Aí, Deputado Romanelli, não adianta discurso. Como diz aqui o pessoal da saúde: chega de discurso e vamos para a prática! Como é que uma criancinha dessas iria arrumar R\$ 10 mil reais para conseguir fazer o internamento? Jamais iria conseguir! E o estado? Cadê a chefe da Regional da Saúde para atender isso? Não tem. E quanto vale a vida? E assim temos outros casos.

Então, é isso que queria mostrar aqui, Sr. Presidente. Essa é a Carta de Puebla: nos obrigamos a ter que dar um cheque caução para salvar a vida de um garotinho de 7 anos que não tem pai e é pobrezinho. Será que o Governador que eu ajudei a eleger sabe disso?

Tenho certeza que essa mãe era uma eleitora do Governador, tenho certeza que essa mãe votou no Requião, que votou em nós. Tenho certeza disso porque é lá do bairro, é lá da periferia, uma pessoa simples, uma mãe pobrezinha, uma mãe que deve ter votado porque acreditava na Carta de Puebla, acreditava nos pobres acima de tudo, mas daí eu me obrigo a ter que levar um cheque em um hospital - não estou criticando o hospital, o hospital não tem convênio, o hospital faz a sua parte. Ainda bem que fez porque senão teríamos perdido o menino e hoje seria mais um na estatística dos que morreram por falta de UTI.

Eu sei que melhorias estão sendo feitas, eu sei que coisas estão acontecendo, eu não nego, mas é preciso se fazer com mais seriedade, mais rapidez, porque não dá para continuar do jeito que está.

Concedo um aparte ao deputado Edson Praczyk.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Deputado Jocelito Canto, além de parabenizá-lo pela vossa fala, fala essa com sentimento, fala essa com justa e justificada indignação, mas até para registrar a negligência daquele ou daqueles que estão criando e gerenciando as políticas de saúde no nosso estado.

No ano de 2000 este Parlamentar que voz fala fez uma proposição que prosperou nesta Casa, tornando-se lei. É uma lei que justamente coíbe esse tipo de prática, Deputado Jocelito Canto, é a lei nº 12970, que proíbe a exigência de depósito prévio para possibilitar internação hospitalar de doente em situação de emergência que

resulte em estado de sofrimento intenso ou risco de morte ao paciente. Inclusive, o artigo 2º desta lei, de minha autoria, diz que comprovada a infração ao disposto no artigo 1º desta lei, o hospital será obrigado a devolver em dobro o valor cobrado a título de caução, ao paciente e aos respectivos herdeiros. O artigo 1º deixa bem claro: *fica proibida a exigência de depósito prévio de qualquer natureza para possibilitar a internação de doente em situação de emergência que resulte em estado de sofrimento intenso, risco de morte, em hospitais da rede pública ou privada.*

Eu tenho a cópia, depois passo com o maior prazer às mãos de V. Exa. E engrossando o vosso clamor, a vossa indignação, de que nota-se que a pessoa que está hoje secretariando a Secretaria da Saúde sequer tem conhecimento desse tipo de prática que infelizmente ainda acontece em nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Vou ser breve, Sr. Presidente e Deputado Jocelito.

Deputado Jocelito, o senhor contou a história de uma criança que ainda conseguiu se salvar, foi atendida aqui em Curitiba. Mas, infelizmente eu gostaria de deixar registrado aqui na Assembléia Legislativa a morte de uma criança chamada Ângela Cristina Dias Gonçalves, filha de João Pedro Gonçalves e de Sueli de Fátima Gonçalves, morreu sexta-feira, um dia antes do Dia das Mães, no Hospital Santa Casa, às 11h00, por falta de leito de UTI. E eu gostaria de começar uma campanha aqui na Assembléia Legislativa, juntamente com o Deputado Jocelito e com os demais Parlamentares, nós vamos começar uma campanha de contagem regressiva, Sr. Presidente: faltam 43 dias para o Sr. Secretário da Saúde do Estado do Paraná, Dr. Cláudio Xavier, entregar os 38 leitos que ele prometeu para a cidade de Ponta Grossa. Ele fez a promessa há 17 dias atrás e estou começando a contagem regressiva hoje: 43 dias. E todos os dias, se for possível irei me pronunciar fazendo a contagem regressiva nesta Casa de Leis.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró (Democratas)

Sr. Presidente, nobre Deputado Jocelito Canto, eu presto atenção em seu pronunciamento, nas colocações do outro representante da nossa cidade de Ponta Grossa, o Deputado Marcelo Rangel, e fico entristecido de ver o que está acontecendo. E não é um problema que acontece de agora, periodicamente temos situações como essa em Ponta Grossa e também nos municípios dos Campos Gerais. Falo de lá porque lá representamos e sabemos o

que acontece. Agora, interessante que dias atrás eu via nos jornais da nossa cidade de Ponta Grossa representantes do Governo do Estado do Paraná, Parlamentares, na cidade de Ponta Grossa anunciando solução de implantação de novas UTIs neonatais, enfim, de uma ação concreta do Governo para que o problema pudesse ser resolvido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu escuto esta conversa, Deputado Jocelito, há bastante tempo e infelizmente as promessas, os compromissos são feitos e as ações concretas não acontecem! Vai governo, vem governo, o Governador se reelegeu, foi reeleito na promessa de melhorar a saúde e de resolver o problema do pedágio. Mas como estamos falando aqui de saúde, infelizmente até agora, não aconteceu nada! A eleição foi em outubro. Novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, meio ano pós-eleição e infelizmente não aconteceu nada!

Então é muito discurso, muita promessa e o que estamos vendo, de concreto, é um Deputado ter que agir quando procurando, dando um cheque de caução, outro Deputado anunciando que morreu uma criança e as coisas vão em frente e o povo continua sofrendo e mal atendido por aquele que escolheu para governar o estado do Paraná. Infelizmente as coisas ficam na promessa, no compromisso, e pouco é feito!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só para concluir, queria deixar registrada aqui a indignação, deixar registrado aqui este trecho da Carta de Puebla, um cheque de R\$ 10 mil para garantir uma vida, R\$ 10 mil, senão o garoto tinha morrido! Esta é a Carta de Puebla, um trecho dela que nem o Papa sabia!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Kielse Crisóstomo.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna no dia de hoje, é uma reunião que tivemos na quinta-feira passada com 6 Prefeitos do estado do Paraná, dentre eles a Prefeita de Flórida que está aqui na Casa, Prefeita Nena, onde tivemos um diagnóstico do que está acontecendo com o financiamento das casas populares junto à Caixa Econômica Federal.

Temos hoje junto à COHAPAR, um programa chamado Casa da Família, um programa que o nosso Líder, ex-Secretário de Habitação, Luiz Claudio Romanelli, instituiu já no ano de 1991. Um programa que se tornou sucesso, que deu enquadramento a mais de 60 mil famílias no primeiro mandato e neste mandato já consegui-

mos enquadramento de quase 15 mil famílias nestes últimos 5 anos.

A Caixa Econômica tinha um valor residual, Sr. Presidente, baseado no salário-mínimo nacional para ter um parâmetro para financiar as famílias do estado do Paraná até o valor do salário-mínimo nacional, isto é, hoje seria o valor de R\$ 380. Só que dentro desse projeto temos também o projeto das casas hipotecadas que também são casas num valor residual de R\$ 12 mil a R\$ 15 mil e que enquadram as famílias de 2 salários-mínimos a mais, que é o valor da hipoteca.

Lá em Foz do Iguaçu, lá em Arapongas, na nossa querida cidade de Flórida, as famílias estão enquadradas, só que o salário-mínimo regional hoje é R\$ 480, felizmente ou infelizmente. Neste momento digo infelizmente, temos cerca de 85% das famílias que poderiam estar enquadradas no programa Casa da Família, que é o programa do salário-mínimo e estão desenquadradas do programa porque estão recebendo acima de R\$ 380 que é o salário-mínimo nacional.

No Paraná, e cito pontualmente o caso de Flórida, 200 famílias se habilitaram para um programa que fosse do salário-mínimo e que pudessem pagar uma prestação de R\$ 40 a R\$ 60. Das 200 famílias, apenas 17 famílias foram enquadradas, porque alguns ganham R\$ 480, outros ganham R\$ 490, outros até R\$ 600, e não se enquadram em nenhum programa, nem no programa Casa da Família e nem no programa de hipoteca, isto é, 85% das famílias carentes do Estado do Paraná não se enquadram em nenhum programa de habitação popular.

Por isso, estamos solicitando hoje, não à COHAPAR porque não é ela que faz a regra do jogo, mas à Presidência da Caixa Econômica Federal em Brasília, para que mudem os níveis, não só de enquadramento, mas se adaptem aos novos salários que estão sendo feitos no Paraná e no Brasil. Se fizermos isto, só no estado do Paraná, teremos habilitados para serem incluídos - não pela COHAPAR, mas por quaisquer programas de habitação - quase 100 mil famílias no estado do Paraná. Só no estado do Paraná! Essa matemática, tenho certeza, tem enquadramento lá em Araucária, como em qualquer outro município do Paraná.

Por isso, fiz um requerimento e estou pedindo o apoio de todos os Deputados para que possamos mandar à Caixa Econômica a possibilidade imediata da alteração, primeiro do enquadramento do salário-mínimo regional aumentando até R\$ 480, R\$ 475, que seja um valor redondo que a Caixa Econômica venha a estipular para as casas do Programa Casa da Família com o programa caução. E a partir dos R\$ 475 possamos ter o programa da hipoteca para as casas populares.

Temos 90% dos canavieiros do estado que se enquadram entre o salário-mínimo regional e o mínimo do salário-mínimo estipulado pela Caixa Econômica Federal. Isto é, não se enquadram em nenhum programa da COHAPAR ou da Caixa Econômica, ficam na dependência de um aumento salarial para se enquadrarem no

valor da hipoteca, ou na diminuição salarial para entrarem como um programa social habilitado às famílias que têm essa necessidade.

Por isso, peço o apoio de todos os Parlamentares. Vamos provocar uma reunião com o Presidente da Caixa Econômica do Paraná, demonstrando que a Assembléia está preocupada com este tipo de ação do estado. Se conseguirmos dos R\$ 20 bilhões, Deputado Mohamed, o senhor que é um apaixonado por casa popular, duvido que tenha um Prefeito no Brasil que tenha construído mais casas que o senhor para as famílias carentes. É por isso que o senhor está aqui e sabe do que eu estou falando. Neste sentido, habilitaremos o Paraná a receber no mínimo desses R\$ 20 bilhões anunciados pela Caixa Econômica, no mínimo de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão, poderíamos ter esse enquadramento de imediato. A seqüência deste trabalho que vamos fazer é convocar o Presidente da Caixa, os demais dirigentes da Caixa, para que possamos em breve responder a todas as prefeituras que estão sendo cobradas, que estão sendo politicamente cobradas, que dizem que os Prefeitos não estão preocupados, que o Governador não está preocupado, mas eu digo que existe uma falta técnica entre a Caixa Econômica e a COHAPAR.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Cleiton, V. Exa. está no Pequeno Expediente. Não cabe aparte.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Peço desculpas ao Deputado Strapasson, mas tenho certeza que este assunto virá à pauta nas próximas Sessões. É um assunto que pode movimentar o setor não só da construção civil, mas movimentar a realidade das pessoas mais carentes do nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia, com satisfação, a presença dos Deputados Ricardo Barros e Dr. Rosinha. O Dr. Rosinha irá usar o Grande Expediente, por 30 minutos, para falar sobre o Parlamento no MERCOSUL.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (Pela Ordem)

Eu também queria registrar a presença do nosso Deputado Ricardo Barros e comunicar também que hoje foi indicado para ser o nosso futuro Presidente, do PP, aqui no Paraná. Só falta a homologação da Executiva Nacional.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns. Receba as nossas homenagens, o Deputado Ricardo Barros.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha por 30 minutos.

Deputado Federal Dr. Rosinha (PT)

O SR. DR. ROSINHA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados, companheiros e companheiras da saúde.

Antes de qualquer coisa, Presidente Nelson Justus, agradeço esta oportunidade. Sinto-me feliz de estar aqui, onde eu fiquei por 8 anos como Deputado Estadual e ao mesmo tempo, orgulhoso e agradecido por esta oportunidade. Fui convidado pela Liderança do PP, com aprovação de todos os demais Pares desta Casa, a quem eu agradeço o convite. Fui convidado para abordar um tema que é a questão do MERCOSUL, mais especificamente o Parlamento do MERCOSUL, o qual foi instalado no dia 14 de dezembro de 2006 e teve a sua primeira Sessão, no dia 7 de maio próximo passado, data em que foi eleita uma Mesa Executiva e essa Mesa Executiva tem 1 Presidente e 3 Vices. A delegação brasileira, composta por 9 Deputados e 9 Senadores, me elegeu como Vice-Presidente pelo lado brasileiro.

Antes de entrar nessa questão específica do Parlamento, por um minuto quero, como trabalhador da saúde, pediatra, funcionário público da Prefeitura de Curitiba, dizer que durante a minha carreira profissional, sempre apoiei as 30 horas para os trabalhadores da saúde e como Deputado Federal continuo apoiando, porque é justo que isso se faça. Não vou abordar esse tema porque fui convidado para o MERCOSUL, mas achei importante registrar isso para dizer de que lado nós estamos.

Quero, antes de entrar especificamente no Parlamento, dar uma localizada na conjuntura e a razão do porquê surgiu o Parlamento do MERCOSUL.

Vivemos na segunda metade do século passado, ditaduras militares em todos os países da América Latina, especificamente na América do Sul. Quando saíram dessas ditaduras militares, todos os países da América do Sul entraram num modelo econômico chamado neoliberal. Esse modelo econômico faz com que todos os países que compõem o MERCOSUL saiam dele sem capacidade econômica nenhuma e saiam desse modelo com grande dependência financeira do grande capital. Isso é importante ter em mente: saem com dependência financeira, dependência na ciência e tecnologia e pior, não só saem com a dependência, saem com a cultura do dominante, entendendo que toda aquela cultura econômica, de mídia, imposta principalmente pela mídia norte-americana, é o que tem validade. Dessa maneira que saem desse processo e entram nesse século. Essa é uma observação importante para se ter em mente.

A outra observação importante, porque isso vai dar no Parlamento, é que com o modelo neoliberal gerou uma exclusão da população muito grande. Na América do Sul começam a surgir movimentos sociais reivindicatórios solicitando a mudança do modelo econômico e das políti-

cas executadas até aquele momento, que eram políticas do Consenso de Washington. Com isso, surgem candidaturas e eleições de Presidentes progressistas, na América.

Esses 2 pontos fazem com que mude a estratégia do MERCOSUL. O MERCOSUL, o que era? O MERCOSUL vem de um debate antigo, não é novo, mas ele surge, basicamente, no acordo assinado por Collor e Menem, em 1991, com o Tratado de Assunção. Mas, ele surge naquele momento devido à crise econômica. Ele surge, justamente, em busca de mercados, mas não o mercado de fechar o MERCOSUL e buscar o mercado externo, mas sim, abrir o mercado dos 4 países e construir um mercado aberto, que era próprio do Consenso de Washington, que era próprio daquele momento.

Nesse momento que se cria esse MERCOSUL. Logo depois, começam a ser feitos acordos de construção da Área do Livre Comércio das Américas - ALCA, e acordos da União Européia e o MERCOSUL, também de livre comércio.

Só que chegamos em 2003. Em 2003 entra em crise o modelo econômico do Consenso de Washington, entra em crise social, pela exclusão social. O povo se mobiliza e mudam os Presidentes. Esses acordos de livre comércio começam a demonstrar que não era o acordo esperado. Os Presidentes da América do Sul, principalmente, do MERCOSUL, assumem um projeto de trabalho nos anos de 2004 a 2006, que nesse programa de trabalho colocassem o Parlamento do MERCOSUL como algo a ser construído e passa a reconhecer nesse momento, também, nesse projeto de trabalho de 2004 a 2006, uma coisa chamada assimetria, que é reconhecer que dentro do MERCOSUL existem desigualdades econômicas, diferenças de infra-estrutura, que têm que ser superadas. Esses 2 reconhecimentos básicos, além de outros, muda a estratégia de construção do MERCOSUL. Mudou! Se o MERCOSUL era um espaço econômico aberto, para ser disputado internamente pelos países do MERCOSUL e, por ser disputado por blocos de fora, não MERCOSUL, ao mudar a estratégia passa-se a construir do MERCOSUL um bloco com a característica de fazer disputa na política internacional.

A partir do MERCOSUL cria o Grupo dos 20, para negociar na Organização Mundial de Comércio. A partir do MERCOSUL passa-se a discutir na Organização Mundial de Comércio a rodada Dorra. Muda a estratégia do MERCOSUL. Muda-se a estratégia do MERCOSUL, você tem que mudar a organização do MERCOSUL. Por isso que o acordo de Olivos, que cria o Tribunal Permanente de Controvérsias, não estava sendo executado. Inaugura-se o Tribunal de Controvérsias, em Assunção, no ano de 2005 e coloca a criação de uma nova institucionalidade para o MERCOSUL. A nova institucionalidade é criar instituições do bloco, coisa que não existia. Tinha o Conselho de Ministros, onde se reúnem e debatem, mas não tem institucionalidade própria. Aí, cria o Parlamento do MERCOSUL como uma nova instituição, para ter uma nova institucionalidade, como já tinha também cri-

ado o Tribunal. Quer dizer, duas novas instituições supranacionais fora do âmbito de controle de um único país.

Essa nova institucionalidade dá ao MERCOSUL maior respeitabilidade no debate político e econômico internacional. Dá maior responsabilidade jurídica ao MERCOSUL com o Tribunal e com o Parlamento. Ele entra no bojo de uma estratégia nova do MERCOSUL e como a América Latina, sempre se discutiu a integração, e é impossível você fazer a integração na América Latina, há países totalmente dependentes da política norte-americana. Faz-se uma opção da Comunidade Sul-Americana de Nações, que agora mudou de nome colocando um mais simbólico que é a União das Nações Sul-Americanas para se contrapor à União Européia como bloco político, como bloco econômico. E a partir dessa proposta da União Sul-Americana de Nações, cria-se condições básicas para avançar na infra-estrutura.

Retorno a questão do MERCOSUL. Com essa nova estratégia foi necessário reconhecer as desigualdades. Ao reconhecer as desigualdades foi criado o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL. Esse Fundo é um Fundo de US\$ 100 milhões anuais, que é alimentado basicamente pelo Brasil com 70 milhões, 70%; Argentina, 27%; Paraguai, 1% e Uruguai 2%.

Um dos programas que tem no Fundo de Convergências Estrutural, que é um programa importante, é o de combate a aftosa. Tem gente que diz: para um bloco de países como o MERCOSUL, se o Brasil tem que ter solidariedade, tem que, economicamente, às vezes, colocar mais dinheiro do que os demais países.

Não tem como nenhum país desenvolver-se como país se ele têm nas suas fronteiras problemas sociais, problemas econômicos, de epidemias. A epidemia da aftosa é um exemplo disso. O Brasil não tem como botar dinheiro ou tecnologia para combater aftosa no Paraguai, agora, pelo Fundo de Convergência Estrutural, tem. É um mecanismo de você fazer a atuação em outros países para que não traga problemas nas suas fronteiras. O Brasil, tecnologicamente, e com medicamentos a partir do MERCOSUL fornece toda tecnologia de combate a AIDS no Paraguai, toda a tecnologia do combate a aftosa e está fornecendo toda tecnologia e infra-estrutura de combate a dengue, que o mosquito não têm fronteira, as bactérias não tem fronteira.

Mudou-se a estratégia. Nessa mudança de estratégia é que entra o Parlamento do MERCOSUL. O Parlamento do MERCOSUL é o primeiro acordo internacional assinado pelo Brasil que teve origem dentro de Paramentos, que foram Deputados que discutiram e aprovaram o Parlamento do MERCOSUL. Para que serve um Parlamento se ele não pode legislar?

O Parlamento Nacional, o Congresso Nacional, não pode rejeitar acordo internacional. O acordo é assinado, independente de que Presidente seja, ao contrário dos Estados Unidos, onde o congresso americano dita os limites da negociação e o Presidente dos Estados Unidos tem que seguir aqueles limites. O Parlamento Brasileiro

não pode fazer isso, nem limitar as negociações. E quando um acordo é assinado, ele tem que ser aprovado. Não posso rejeitar o acordo, porque eu estaria desautorizando o Presidente da República a nível internacional, o que desmoralizaria o país.

Então, não posso rejeitar. E o Parlamento do MERCOSUL chama para si, num acordo internacional, a responsabilidade de acompanhar todas as negociações e fazer sugestões de mudança naquele projeto que está sendo negociado. Caso o Parlamento diga que aquele acordo não será aceito, recomendamos aos Parlamentos nacionais que aquele acordo não é bom e dizemos porquê: os Parlamentos nacionais não terão o compromisso de determinado tempo para aprovar.

Caso o Parlamento do MERCOSUL diga que aquele acordo tem que ser corrigido, tem que ter estes limites, ele obedece o compromisso nosso. É que os Parlamentos nacionais, em 180 dias, aprovelem aquele acordo. Mas, vamos fazer um MERCOSUL mais ágil e para isto o Congresso Nacional está tramitando uma resolução que estabelece isso nos Congressos nacionais.

Nós, que estamos aqui no Paraná, temos uma série de problemas de fronteira com paraguaios, brasileiros vivendo no Paraguai e sendo perseguidos. Como Deputado brasileiro eu não posso ir ao Paraguai, mas, como Deputado do MERCOSUL eu vou ao Paraguai e faço Audiência Pública para discutir esta questão social de brasileiros que estão lá fora ou eles discutindo problemas de paraguaios do lado de cá da fronteira.

Então, é um Parlamento eminentemente político, mas com uma grande capacidade de intervenção nas questões humanas e nas questões comerciais e dá uma importância muito grande a este Parlamento.

Quando um país assume a presidência do MERCOSUL, aquele país tem que apresentar seu programa de governo e de trabalho ao Parlamento do MERCOSUL. E após o término do mandato dele, ele tem que ir lá dizer porque determinadas metas não foram alcançadas, caso elas não sejam alcançadas. Então, vai ter um papel político muito grande.

Sua sede é em Montevidéu, porém, poderemos e vamos defender isso no Regimento Interno, que ele possa executar Audiências Públicas ou audiências em Plenário em qualquer um dos países do bloco.

O Parlamento terá este mandato anual até dia 31 de dezembro de 2010. Este primeiro Parlamento é por indicação indireta do Congresso Nacional. A União Européia tem um Parlamento da União Européia, que demorou 20 anos para fazer eleições diretas. O Brasil vai ter eleições diretas para o Parlamento do MERCOSUL em 2010.

Em 2014, as eleições serão realizadas em todos os países do MERCOSUL, no mesmo dia, para que crie uma identidade política e que todos os candidatos, todas as eleições, sejam na mesma época. E já está se discutindo se eu, como brasileiro, em 2018 posso ou não ser candidato por um outro país, ou eles sendo candidatos pelo Brasil. Este debate já está sendo feito.

Essas eleições vão precisar de nova legislação. Em Brasília, temos um grupo de trabalho debatendo a elaboração de uma nova legislação. Não seremos eleitos por países, por partidos políticos, provavelmente, e sim, por famílias políticas. Cada partido vai se identificar um com o outro e criar a família. Provavelmente, não vão ser eleições individuais, mas por lista, porque não tem como, por exemplo, eu de Curitiba ir fazer campanha em Manaus. Então, tem que ter uma lista. Provavelmente, vai ser desta maneira.

No ano que vem, o Parlamento já tem as eleições no Paraguai; em 2009, Uruguai e Argentina; e em 2010, no Brasil. Atualmente, o Parlamento tem o mesmo número de Parlamentares por país: 18, sendo indicados 9 Senadores, e 9 Deputados. Isso, é o que foi possível num acordo assinado, porque o Brasil defendia uma proporcionalidade em relação à população que foi chamada de proporcionalidade atenuada. Porque atenuada? Porque ela não poder ser de 100%, porque senão vamos ter 70% dos Parlamentares do Parlamento e...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem 10 minutos para concluir.

O SR. DR. ROSINHA (PT)

Obrigado!

Então, temos que ter ela atenuada de tal maneira que um país não pode ter 50% + 1 dos presentes, dos votos. Esse debate vai ser feito nesses 4 anos, agora, para que em 2010 tenha isso.

Para garantir que esse debate ocorra, hoje, o orçamento do Parlamento é dividido em 4 partes iguais, porque se o Brasil começa a colocar mais, o debate não vai ocorrer. Foi um mecanismo que achamos de acordo.

Concluo fazendo um paralelo muito rápido para que dê tempo para algum esclarecimento, caso algum Parlamentar queira. Comparamos muito com a União Européia. A União Européia é supranacional, o MERCOSUL é intergovernamental, portanto, característica diferente. Supranacional faz-se votação e a maioria decide: intergovernamental é consenso. Então, aí não tem problema nenhum, como algumas pessoas enxergam, por exemplo, da entrada da Venezuela. Não é por voto, é por consenso e o consenso tem que ser construído. Então, essa é uma questão do MERCOSUL que um dia pode evoluir para ser supranacional, mas por hora não é supranacional.

Usamos a experiência da União Européia para construir seu Parlamento, para construir o nosso. Então, antecipamos as eleições, por exemplo, em 15 anos, para ter eleições diretas, e outros erros que repetiram. Estamos já no protocolo, já deixamos ele de lado, então, essas são questões que entendo como importantes para serem expostas no Parlamento.

Na Mesa Executiva, hoje vamos fazer como rodízio. A cada 6 meses um assume. O Brasil será o último país a assumir. Aí, eu interrompo, aqui, para dar um

tempo de pelo menos alguns minutos para aqueles que queriam fazer alguma intervenção e agradeço esta oportunidade.

Muito obrigado!

O Sr. Elton Welter (PT)

Deputado Rosinha, o país está fazendo um grande esforço para essa integração regional. Não tenho dúvida que a eleição para esse Parlamento do MERCOSUL, que no Paraguai vai ser no ano que vem, na Argentina logo na sequência, depois em 2010 aqui no Brasil, teremos grandes avanços, inclusive com relação ao comércio internacional. Gostaria que V. Exa. falasse um pouco sobre isso.

Quando se joga individualmente um país, fica mais difícil esse entendimento. Essas regras de tributação devem ser tratadas com maior carinho. Então, percebemos que com essa configuração, com a eleição do Parlamento do MERCOSUL, muitas coisas vão ficar mais claras nessa integração e, naturalmente, quem vai ganhar com isso vão ser os países vizinho que fazem parte do MERCOSUL.

Uma medida que V. Exa. colocou que atende o interesse de todo o país e, naturalmente, de todos os países membros, é a aftosa. Gostaria que V. Exa. explanasse um pouco melhor como foi essa ação com relação a esse fundo que foi criado dos países e que tipo de intervenções são possíveis nesse segmento.

Obrigado!

O SR. DR. ROSINHA (PT)

Quando coloquei a questão do fundo de convergência estrutural, ele veio para atender as diferenças, as assimetrias, mas veio também já baseado em experiências internacionais.

A União Européia, quando foi construída, fez fundo de desenvolvimento. Como foi o caso quando se pega a Espanha, a Grécia e Portugal, que eram países mais atrasados, e eles desenvolveram-se graças ao Fundo de Desenvolvimento da União Européia. Só que ali tínhamos países ricos que construíam fundos bilionários. No nosso caso da América do Sul, o país de melhor economia é o Brasil, que comparado com a União Européia é pobre. E quando comparamos a nossa população, temos faixas enormes de contingentes enormes de pobreza. Então, é muito difícil você criar um fundo com grande capacidade de atuação e de desenvolvimento. Por isso que esse fundo é de R\$ 100 milhões, que parece pouco, mas em 10 anos dá R\$ 10 bilhões investidos. É uma capacidade enorme de investimento no MERCOSUL. Hoje, o Brasil injeta 70% e vai tirar 10% desse fundo.

Outra questão que vejo, o Brasil tem sido solidário, principalmente com o Uruguai, quando recentemente fez uma doação de R\$ 20 milhões para ser investido na faixa de fronteira do lado de lá, na agricultura familiar, no aperfeiçoamento da aduana e na pequena e média empresas, para criar do outro lado, para diminuir a questão

social da fronteira, que foi algo importante de ser feito naquele momento.

Então, são as simetrias que só foram reconhecidas de 2004 para cá.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Deputado, quero cumprimentar V. Exa. pelo discurso. Eu, como Presidente da Comissão do MERCOSUL da Assembléia Legislativa, acredito que realmente o Parlamento do MERCOSUL é um divisor de águas, sim, na articulação, estruturação e união desse bloco. Também como Presidente da Comissão Permanente da Casa, gostaria de perguntar a V. Exa. de que maneira a nossa Comissão, juntamente com V. Exa. que faz parte do Parlamento do MERCOSUL e também paranaense, de que maneira podemos nos articular para que nosso Estado possa ser atendido regionalmente de uma forma efetiva, discutindo problemas, soluções, idéias realmente nesse Parlamento do MERCOSUL que teve a Sessão no dia 07 de maio que passou.

O SR. DR. ROSINHA (PT)

Fizemos a Sessão de posse do dia 07 e no dia 08 fizemos uma Sessão de trabalho. Não temos Regimento Interno; tudo o que ocorreu nesse dia teve que ser construído por consenso porque não tem parâmetros. Constituímos uma comissão de trabalho para fazer o Regimento Interno. Nessa comissão de trabalho vai ser analisada a questão das funções de algumas Secretarias de Parlamento. Uma das Secretarias que está sendo defendida chama-se Relações Internacionais, que o Parlamento é de um bloco, não é de um país e tem que desenvolver relações internacionais dentro e fora do bloco. Muito provável que vai ter Secretário com esse papel.

E, também, no Regimento Interno vão constar algumas comissões. Um dos debates que está sendo feito é criar uma comissão institucional que tenha o papel de relacionar-se com as instituições dentro e fora do bloco. Aí entra a comissão de fazer o relacionamento, com articulação dos Deputados Estaduais e de províncias, com as Assembléias Legislativas, com todas essas instituições.

O nosso objetivo primeiro desse Parlamento é construir o seu reconhecimento, cumprindo um papel político importante, não o reconhecimento burocrático. E para isso, temos de ter relação com a instituição e com os movimentos sociais. Por isso, vamos criar Comissão de Saúde, Educação, Direitos Humanos, que são comissões que vão tratar com a sociedade. E nós até nomeamos a eleição de 2014, como o Dia da Cidadania do MERCOSUL, onde o cidadão se manifesta e procuramos fazer do Parlamento um instrumento da cidadania.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Rosinha, nós, da fronteira - V. Exa. é conhecedor disso, porque tem lutado muito e tem ido

muitas vezes ao Paraguai e à Argentina - nós, em Foz do Iguaçu com Cidade de Leste, no Paraguai, temos um intercâmbio muito forte entre o Paraguai e o Brasil, sobretudo a Argentina.

Milhares de brasileiros que moram no Paraguai, que produzem, tem muitos empresários brasileiros em cidades do Paraguai e moram no Brasil e vice-versa. Muitos são comerciantes no Paraguai, têm lojas e moram no Brasil. Muitos deles, para facilitar o trânsito no Paraguai, usam o carro importado pelo Paraguai, com placa paraguaia, como também tem gente morando no Paraguai com placa brasileira. Nesse meio existe um gargalo, a Receita Federal, que não tem nos tolerado e muitas vezes já presenciei isso - a Receita Federal vir nas garagens dos prédios do Brasil e sequestrarem, e levarem o carro, porque não pode a pessoa morar no Brasil e ter um carro de origem paraguaia. O Paraguai não produz mais carro, porque é importado e emplacado por ele.

Como vivemos no MERCOSUL, isso é importantíssimo. Uma burocracia dessa tem que ser revista e eu gostaria que V. Exa. pudesse, daqui a pouco, nos ajudar na Casa, porque tem muita reclamação e recorrem a nós, Deputados. A Receita tem sido até agora intolerante com essa causa.

O SR. DR. ROSINHA (PT)

Questões de fronteiras vão existir muitas. O que está sendo feito, agora, é um debate. Com o Uruguai está assinado e com o Paraguai não assinou, porque está com mais dificuldade. O Brasil queria assinar um acordo, onde alguns pontos de fronteira ficariam para ser discutidos depois. Chama-se de tratado administrativo. Você não tem mais fronteira geográfica - o Uruguai está valendo - você tem a fronteira administrativa e com esta, o meu filho ou eu podemos estudar, ir ao médico, fazer compra, ter naquela faixa de 20 quilômetros de fronteira. Com o Uruguai está resolvido isso. Com o Paraguai estava bem adiantado o processo de discussão, quando o Brasil propôs que Cidade de Leste e Foz ficassem fora desse acordo, para poder avançar mais em alguns temas. O Paraguai não aceitou e faz 1 ano que isso está parado. É lógico que tendo o Parlamento do MERCOSUL, temos um papel para cumprir, cobrar quem avance nesse projeto, nessa proposta desse acordo, porque esse é um tipo de acordo que resolve uma quantidade enorme de questões da fronteira, porque ele é administrativo. O cidadão tem necessidade e direito e é atendido no seu direito, não importa onde ele esteja, dentro daquela faixa.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Deputado Rosinha, sabemos que o seu tempo está encerrado, mas em nome da bancada, gostaríamos de agradecer a sua presença. Nós estamos muito felizes com a sua indicação pelo povo brasileiro, no Parlamento do MERCOSUL. Não tenho dúvida que V. Exa. prestará grandes serviços a esse país e ao MERCOSUL como um todo. Quem deve sair ganhando é o povo desses países

que são membros do MERCOSUL. Parabéns pelo brilhante trabalho.

O SR. DR. ROSINHA (PT)

Agradeço novamente o convite que me foi feito. Terminando, dizendo a todos e a todas que o protocolo constitutivo do Parlamento do MERCOSUL foi votado por unanimidade, por todos os partidos do Congresso Nacional. Nenhum partido se opôs. Fui indicado em nome dos brasileiros, por todos os partidos também por consenso, até sepor aclamação, sem nenhum outro partido ou outro nome opor à minha indicação, no que fiquei muito feliz e agradecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade deste debate. Boa-tarde a todos e a todas.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças.

(Todas declinam)

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, na semana passada aprovamos um requerimento na Assembléia convidando o ex-Presidente do Conselho da SANEPAR, ex-Procurador do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, bem como também o ex-Assessor-Jurídico da SANEPAR, Rogério Distéfano. Como o requerimento aprovado é um convite e não uma convocação, consulto à presidência se já foi marcada uma data para a vinda desses dois ex-Diretores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Cabe a questão de ordem de V. Exa.

Esta presidência, ainda no dia de hoje, entrará em contato pessoalmente com o Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, ainda pela ordem.

Só para lembrar, conforme o entendimento mantido na semana passada com a Liderança do Governo e com o Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, que apresentamos um requerimento na Sessão do dia de hoje para transformar a Plenária em Comissão Geral, no dia de amanhã, em relação ao projeto que visa o aumento salarial dos funcionários, caso a CCJ não aprecie. Mas, a CCJ tem uma reunião marcada para o dia de amanhã e caso esse projeto venha a ser aprovado ou as emendas venham a ser apreciadas na reunião de amanhã, automaticamente vamos retirar na Sessão de amanhã o requerimento que estamos apresentando na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Há o entendimento que amanhã, terça-feira, há reunião da Comissão de Constituição e

Justiça e imaginamos que deva ser apreciada essa matéria em condições que venha a Plenário. Aliás, já estamos antecipando e colocando na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, queria dizer ao Deputado Elio Rusch, que responde como Líder da Oposição, que efetivamente analisamos a possibilidade, conversamos com esta presidência, conversamos com o Presidente da Comissão de Justiça justamente para evitarmos que uma forma extraordinária de análise da constitucionalidade das emendas pudesse ser adotada para poder privilegiar a prestigiar o rito ordinário da Casa, que é o funcionamento regular das comissões, como a Comissão de Justiça.

Então, pergunto, na verdade, se é necessário manter esse requerimento para que nós, efetivamente, possamos até orientar nossa bancada. Se há o compromisso da Comissão de Justiça em votar o projeto e foi esse o entendimento que tive com V. Exa. e com o Presidente da Comissão de Justiça, por isso penso se é necessário, senão teríamos nós mesmos feito o requerimento de Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, particularmente, tem adotado a linha que não deva instalar a Comissão Geral, até porque acredito que sempre desprestigia a Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, é uma prerrogativa da bancada em apresentar. Quero crer que não deveremos ter problemas amanhã na CCJ. Há o entendimento e não vejo razão. Imagino que devemos ter amanhã a Sessão da CCJ. Esse é o entendimento com o Presidente, Deputado Durval Amaral, e não vejo razão nenhuma. Aliás, o Líder da Situação, Deputado Romanelli, havia inquirido à presidência se haveria necessidade que se instalasse a Comissão Geral. Eu disse: olha, não vejo necessidade, até para não desprestigiar a Comissão de Constituição e Justiça, porque acho que ela está lá para que se reúnam e discutam as suas questões, mas, não posso me furtar diante de um requerimento que está aqui na mesa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)

Também entendemos, Deputado Romanelli, e mais do que eu, o próprio Deputado Durval Amaral, que é o Presidente da CCJ, entendemos que as Comissões Permanentes devam, efetivamente, realizar os seus trabalhos, mas quero crer que não aconteça isso. Mas é até uma salvaguarda nossa e até regimental, apresentar o requerimento no dia de hoje, Deputado Romanelli, e ele só será apreciado amanhã na Sessão e ele só será apresentado desde que a CCJ não emita o parecer sobre as emendas que serão a ela encaminhadas. Como pode existir uma manobra regimental de qualquer bancada de esvaziar, de não dar quórum, em uma Comissão, o que eu não quero acreditar que isso venha a acontecer, mas se vier a acon-

tecer que alguma das bancadas retire seus Deputados da CCJ na reunião de amanhã, temos essa prerrogativa que é transformar o Plenário em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O que seria um absurdo alguém esvaziar a CCJ.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero pedir novamente para responder ao Deputado Elio Rusch, porque, olha, sinceramente, foi V. Exa. que me persuadiu - em homenagem ao Deputado Durval Amaral, Presidente da CCJ - no sentimento de valorizar a Comissão de Justiça para não apresentar o requerimento. Eu procurei V. Exa. mais do que uma vez no dia de hoje para falar sobre esse tema. Então, me surpreende que, de fato, o Líder dos Democratas, que responde pela Liderança da Oposição, possa efetivamente fazer esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Confesso que a surpresa também é minha.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, esta Casa está recebendo mais uma vez a honrosa visita do SindiSaúde e do pessoal, que trabalha na área da saúde. E eu acredito, Sr. Presidente, que a maioria dos servidores da área da saúde tem uma certa dificuldade de entender Comissão Geral, Comissão de Justiça.

Basicamente, acredito que o que eles estão interessados é em saber se a emenda que abona os 2 dias de falta que o Secretário está descontando, se essa emenda vai ou não ser votada, apreciada, amanhã, porque é nessa expectativa que com certeza eles vão voltar aqui amanhã e, quem sabe, vão sair frustrados novamente se a emenda não for votada. Eu sei que é uma situação difícil para V. Exa., mas acho que a expectativa do servidor da área de saúde é saber se a emenda vai ou não vai ser votada amanhã para que eles não percam esse deslocamento até a Assembléia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente:

Sobre a mesa, Indicação nº 116/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao DER a pavimentação asfáltica de trecho de 6 quilômetros da PR-454, estrada velha para Astorga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 117/07, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo estudos sobre a redução da alíquota de ICMS dos vinhos no estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Ribas Carli Filho, para representar esta Casa de Leis na Reunião Ordinária da União de Parlamentares do MERCOSUL Turismo e Meio Ambiente, nos dias 25, 26 e 27 do corrente mês, na cidade de Penha/SC. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Péricles de Mello para representar esta Casa de Leis no Seminário para Presidentes de Comissões de Educação e Cultura das Assembleias Legislativas, no dia 15 do corrente mês, na cidade de Brasília. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1264, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício e transformação da Sessão Plenária do dia 15 do corrente mês em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 311/07, Mensagem nº 015/07 que estabelece critérios para reajuste aos funcionários públicos estaduais. **Recebido; protocole-se; decorrido o prazo de 24 horas, incluir na pauta para deliberação em plenário; à DAP para providências.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não sei se V. Exa. está analisando a resposta sobre a emenda, se já tem uma posição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Exatamente o requerimento está em discussão, está em votação. Estou recebendo o requerimento e amanhã entramos em votação.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 130/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/07, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Icaraíma, Distrito de Porto Camargo, o imóvel que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/07, de 15/03/07, em Mensagens).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 157/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o Dia do Ouvidor no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 266/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Assistência ao Cidadão com Câncer e ao Especial carente - ABRACCE, com sede e foro no município e comarca de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/07, de 17/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 270/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual o Centro Educacional Infantil Criança Futuro - CEICF, com sede e foro na cidade de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/07, de 17/04/07, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, fica denominado o Terminal da Cachoeira, município de Almirante Tamandaré, Terminal de Transporte Coletivo Vereador Dirceu Pavoni. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que denomina de Engenheiro Waldyr Luiz Becker, o viaduto do trevo principal da cidade de Toledo, das Rodovias BR-467, PRT-163 e Rodovia PRT-182. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/07, que visa estabelecer índices e critérios para reajustar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná, cumprindo o inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual em relação à revisão geral anual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 311/07
MENSAGEM Nº 015/07**

Adita-se parágrafo único ao artigo 3º do Projeto de Lei nº 311/07, mensagem de autoria do Poder Executivo, que estabelece índices e critérios para reajustar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo, com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

Parágrafo Único. As faltas dos servidores públicos da Secretaria de Estado da Saúde, referentes aos dias 29 e 30 de março de 2007, serão abonadas e retiradas dos assentamentos funcionais.”

Sala das Comissões, em 14.05.07.

(a) ROSANE FERREIRA

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Elton Welter, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk e Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

O registro das faltas ao trabalho referentes aos dias 29 e 30 de março de 2007 não correspondem à realidade dos fatos, pois os servidores efetivamente não faltaram ao trabalho.

O lançamento das faltas mencionadas foi o meio usado para realizar descontos nos vencimentos dos servidores que se mantiveram laborando 6 horas ou 4 horas diárias como já fazem desde o início da década de 90.

Busca-se com a presente medida preservar o direito dos servidores, evitando que tenham perdas em seus vencimentos e outras consequências em relação à fruição de outros direitos funcionais.

Em síntese, as faltas não ocorreram e foram indevidamente registradas.

Os Deputados Estaduais, ao aprovarem esta lei, estarão restabelecendo a legalidade e justiça em relação aos valiosos trabalhadores da saúde pública do Paraná.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02
AO PROJETO DE LEI Nº 311/07**

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 311/07:

Art. 1º Estende-se aos policiais militares o mesmo reajuste previsto aos professores.

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(a) MAURO MORAES

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Rosane Ferreira, Jocelito Canto e Marcelo Rangel.

**EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO DE Nº 03**

A presente emenda supressiva e modificativa ao Projeto de Lei nº 311/07, oriundo da Mensagem nº 015/07 do Governo do Estado, tem por objetivo suprimir-lhe o artigo 5º, renumerando-se os artigos sucessivos e dar nova redação ao artigo 8º do projeto original que será renumerado como artigo 7º conforme segue:

“Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 01 de maio de 2007.”

Sala das Sessões, em 14.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, VALDIR ROSSONI, ANTONIO BELINATI, JOCELITO CANTO, ELIO RUSCH, RUI HARA e DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se em face dos números orçamentários e financeiros do estado. Portanto deverá ser imediatamente implantada à medida que não poderá mais ser adiada ante as necessidades prementes por que passam os nossos servidores públicos estaduais.

O projeto volta a CCJ para ser apreciado e votado, se Deus quiser, amanhã.

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dá nova redação ao artigo 1º e ao seu parágrafo único, da Lei nº 14525 de 26 de outubro de 2004. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/07, de 07/03/07, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 084/07**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Jocelito Canto, busca alterar a redação do artigo 1º e ao seu parágrafo único, da Lei nº 14525 de 26 de outubro de 2004.

Fundamentação

O presente projeto tem o intuito de alterar o artigo 1º e parágrafo único da Lei nº 14525/04. Quando se trata de alteração legislativa, verificamos inicialmente, qual é a

competência para legislar. No caso em tela, observamos que conforme preceitos da Constituição Estadual, tem a Assembléia tal prerrogativa, por se tratar de doação de imóvel público a órgão do estado, a fim de suprir requisitos para se instituir programa do estado:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Tendo em vista que cabe, então, ao legislador a função de ditar normas sobre a matéria ora analisada, somos pela constitucionalidade do presente, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar.

Ademais disto, no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do analisado, em face da legalidade e constitucionalidade, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 19.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 084/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem como objetivo dar nova redação ao artigo 1º e ao seu parágrafo único, da Lei nº 14525 de 26 de outubro de 2004.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto ao mérito desta proposição, consideramos necessário o uso de lacres higiênicos a serem implementados pelos fabricantes de bebidas enlatadas, pois devido ao seu formato, as latas podem acumular água e outros líquidos contaminados.

Visto que este projeto tem por objetivo proteger a saúde dos consumidores da contaminação, tanto por leptospirose quanto de outras doenças e agrega valor ao produto, esta Comissão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 084/07.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
OSMAR BERTOLDI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 011/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de abril de 2007 (Resolução nº 003/04). **PARECER FAVO-**

**RÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.
Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/07 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2007, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.07.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Plauto Miró, Francisco Bühner e Reni Pereira.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 048/06

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 048/06, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2007, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Analizando criteriosamente o relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição citada, este Relator resolve pela aprovação das contas apresentadas, pois as mesmas encontram-se exatas e atendem a legislação ora em vigor.

Pelo acima exposto, este Relator conclui pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1222, de autoria dos Srs. Deputados Marcelo Rangel, Jocelito Canto, Plauto Miró e Péricles de Mello, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1237 a 1243, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1266, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1238, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1240, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, me parece que este requerimento já foi pedido para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Foi em 10 de maio, é que na Sessão passada nós não votamos, foi derrubada a Sessão por falta de quórum.

Requerimento nº 1246, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1247, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1249 e 1250, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1251, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1257, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. À Comissão Executiva.

Requerimentos nºs 1255, 1256 e 1258, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1261, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1262, de autoria dos Srs. Deputados Pedro Ivo, Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Professor Luizão e da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1263, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 131, 136, 218 e 311/07.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 277/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/07 e do Projeto de Resolução nº 011/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 049, 285, 295 e 296/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1141/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6708/05, de 01 de setembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Retificar o Ato da Comissão Executiva nº 1011/06, de 22 de novembro de 2006, que passará a constar nos seguintes termos:

Conceder aposentadoria à MARIANA DA CONCEIÇÃO VIDAL SOLDA, matrícula nº 40290, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, no cargo que ocupa conforme as Resoluções nºs 007/04 e 009/05 e pelas normas estabelecidas no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98 combinado com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41/03, acrescidos de 04 adicionais assegurados pelo artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70. Os

cálculos dos proventos foram calculados proporcionalmente pela totalidade da remuneração do cargo efetivo e os reajustes serão de acordo com o reajuste do servidor (paridade).

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 076/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob nº 4446, datado de 09 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição funcional o servidor deste Poder Legislativo, GUILHERME DE CAMARGO VASCONCELLOS, matrícula nº 4686, para prestar serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, até 31/12/07, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 14.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 077/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 286, datado de 18 de janeiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição funcional o servidor deste Poder Legislativo, ADEMIR ANTONIO DOS SANTOS, matrícula nº 40425, para prestar serviços junto à Prefeitura Municipal de Antonina, até 31/12/07, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 14.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata de Comissão

Orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio do ano de 2007, reuniu-se na sala de reunião das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Orçamento, sob a presidência da Sra. Deputada Beti Pavin, com as presenças dos Srs. Deputados: Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Douglas Fabrício, Duílio Genari e Ademar Traiano membros da Comissão. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 218/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/07. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

